



Recebido em 03/02/2010 às 19h05

Valéria / Mat. 46957

CONGRESSO NACIONAL

MAPV - 476

00018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 03/02/2010	proposição Medida Provisória nº 476 de 2009
Autor Dep. Fernando Coruja - PPJ	nº do prontuário

1 () Supressiva	2 () Substitutiva	3 () Modificativa	4. (x) Aditiva	5. () Substitutivo global
------------------	--------------------	--------------------	----------------	----------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo na MP nº 476, de 2009:

“Art. As associações e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis estarão habilitadas a coletar os resíduos sólidos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

II - não possuam fins lucrativos;

III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e

IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Parágrafo único. A comprovação dos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e IV, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MP) n.º 476, de 2009, visa conceder crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI apenas aos estabelecimentos industriais que adquirem resíduos sólidos de cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a utilização como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos. O incentivo dado pelo texto da MP demonstra o interesse do governo brasileiro em fortalecer as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, bem como a atividade de reciclagem em todo o país. Reconhecendo todo o esforço desenvolvido por esses trabalhadores, a utilidade social e o interesse ambiental como resultado extremamente positivo daquilo que realizam, e seguindo a perspectiva da MP, propomos fortalecer o seu papel ao incluir no texto legal o artigo do Decreto n.º 5.940, de 2006, categorizando-os como destinatários, enquanto associados ou cooperados, da coleta seletiva solidária de resíduos recicláveis, descartados por órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta.

Sala das sessões, 3 de fevereiro de 2010.

Deputado Fernando Coruja
(PPS/SC)

